

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

“Problema de Controle e Eliminação dos Roedores na RAEM”

Nos últimos anos, a questão do controlo e eliminação dos roedores na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem-se tornado cada vez mais premente. Os roedores, além de serem portadores de diversas doenças, comprometem a saúde pública e a qualidade de vida dos cidadãos. Este problema é particularmente visível em áreas urbanas, onde a densidade populacional e a movimentação constante de pessoas e mercadorias favorecem a proliferação destes animais.

Relembro que em 2023, o nosso **Gabinete de Atendimento aos Cidadãos** recebeu um número significativo de queixas de moradores de bairros mais antigos, como a do **Praia de Manduco, da Areia Preta e do Iao Hon**, em que relatavam que, durante o Verão, especialmente em consequência das fortes chuvas, tinha havido um aumento alarmante na proliferação de baratas, moscas e ratos.

De acordo com essas reclamações, os insecticidas disponíveis nos supermercados funcionam apenas como medidas paliativas, ineficazes no controle das infestações. Essa situação não apenas gera desconforto, mas representa também um risco para a saúde pública, uma vez que esses vectores podem transmitir doenças como leptospirose, dengue e zika, além de causarem diversos tipos de alergias, pelo que é fundamental que sejam adoptadas medidas mais eficazes e sustentáveis para combater esta praga e proteger a saúde da população.

Na ocasião, interpelei as autoridades competentes, por escrito, destacando que, segundo a **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, os roedores podem transmitir cerca de **55 doenças, incluindo a leptospirose, que é transmitida pela urina desses animais e pode causar febre, dores, hemorragias e até mortes**. A OMS recomenda que o lixo seja colocado na rua apenas uma hora antes da passagem dos camiões de colecta, devidamente acondicionado, e em recipientes fechados. Além disso, sugere que os terrenos baldios sejam mantidos limpos e murados.

Na referida interpelação escrita, propus que as autoridades competentes implementassem **planos anuais, ou semestrais, de desbaratização e desratização, acompanhados de campanhas de consciencialização que envolvessem a população dos bairros mais afectados, visando um controle eficaz das pragas de**

baratas e ratos, e, assim, preservando a saúde pública. Para o sucesso destas campanhas, é fundamental contar com a colaboração de profissionais especializados nestes processos de erradicação de pragas urbanas, pois os métodos caseiros actualmente utilizados para prevenção e controle têm-se mostrado insuficientes e ineficazes.

No dia 31 de Outubro de 2023, o ex-Presidente do Conselho de Administração para os Assuntos Municipais, do Instituto para os Assuntos Municipais, respondeu à supramencionada interpelação escrita, datada de 22 de Setembro de 2023, afirmando que **“...para apurar a situação dos roedores de Macau de forma mais objectiva, o IAM encarregou uma instituição académica de parte terceira de investigar e avaliar periodicamente a densidade de ratos nos espaços públicos de Macau, segundo os critérios nacionais. Os resultados obtidos mostram que o controlo dos roedores nos espaços públicos se mantém num nível relativamente bom...”**.

Ainda de acordo com a mesma resposta escrita, o ex-Presidente do Conselho de Administração para os Assuntos Municipais, manifestou que o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) é responsável pelas acções de prevenção e controle de roedores no espaço público, tendo destacado que tinham aumentado significativamente o número de armadilhas para ratos instaladas nas vias públicas, para um total de cerca de 1.400, abrangendo praticamente todas as ruas de Macau. Sublinhou ainda, à data, que o território tinha sido dividido em 25 zonas, permitindo o desenvolvimento de acções regionais de colocação de armadilhas e a eliminação de roedores em cada área, programadas para ocorrer pelo menos duas vezes por ano, com cada ciclo de intervenções com a duração de cinco semanas, visando este plano garantir a fiscalização contínua ao longo do ano, sem interrupções, e que entre Janeiro e Setembro desse ano (2023), o IAM tinha registado um total de 546 queixas relacionadas ao problema dos roedores, o que representava uma diminuição de 15% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No entanto, decorrido menos de **um ano e meio**, foram identificados roedores alimentando-se em plena luz do dia dentro de estabelecimentos comerciais, resultando no encerramento de três supermercados e um restaurante, em consequência das condições inadequadas de higiene e da imperiosa necessidade de desratização.

Tendo esta situação alarmante comprometido não só a imagem dos negócios

envolvidos, mas também levantado sérias preocupações sobre a segurança alimentar e a saúde pública na RAEM, o que evidencia a urgência da intervenção nesta situação, através de uma fiscalização contínua e de acções preventivas mais robustas, que envolvam não apenas a colocação de armadilhas, mas também campanhas de consciencialização sobre a correcta gestão de resíduos e a manutenção da higiene nos estabelecimentos comerciais, acentuando a necessidade de uma abordagem mais rigorosa e eficaz para garantir um ambiente seguro e saudável para os consumidores, e a ineficácia das medidas já implementadas para a gestão e erradicação de roedores na RAEM, venho **solicitar os seguintes esclarecimentos, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA, e em tempo útil, às seguintes questões:**

1. Que balanço fazem as autoridades competentes sobre as acções de desratização realizadas desde o final de Outubro de 2023 até à presente data? Que medidas eficazes de controle da população de roedores e baratas foram implementadas nesse período, especialmente nas redes de saneamento? Quais foram os resultados das acções de controle, particularmente no que diz respeito às redes de esgotos públicos? Existe um levantamento recente sobre a população de roedores na RAEM?
2. Consideram as autoridades competentes promover campanhas de desratização e desbaratização este ano para proteger a saúde pública e mitigar riscos associados a roedores e baratas (incluindo baratas voadoras)? Há um plano de acção específico que inclua a colaboração com a comunidade e os comerciantes locais? Que iniciativas estão a ser realizadas para educar a população sobre a importância da higiene e da prevenção, de modo a minimizar a atracção de roedores em áreas urbanas?
3. Que razões consideram haver as autoridades competentes para o aumento das queixas sobre a presença de roedores em espaços públicos? Que correlação se pode inferir entre a investigação anteriormente realizada pelo IAM, sobre a dinâmica populacional de ratos, e o aumento actual das reclamações? Que resultados foram obtidos nas avaliações anteriores sobre o controle de roedores, que indicavam níveis relativamente bons? Que estratégias estão a ser consideradas pelo Governo para o controlo e eliminação eficaz dos roedores? Como será feito o monitoramento da eficácia das medidas implementadas? Existe um cronograma para a avaliação dos resultados e a possibilidade de ajustes nas estratégias adoptadas?

